

A Conferência NEC 2015 em Bangkok: Fortalecendo as Capacidades Nacionais de Avaliação e Alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Ariane Cassoli Alvarenga,¹ Ana Rosa Soares² e Livia Maria da Costa Nogueira¹

Entre 27 de abril e 22 de maio de 2015, foi realizada a discussão *online*³ “Como a Conferência NEC 2015 em Bangkok: ‘Unindo Princípios de Avaliação com Práticas de Desenvolvimento’ pode ampliar as capacidades nacionais de avaliação e ajudar a desenvolver e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”⁴ na Comunidade de Prática (COP) para promover Capacidades Nacionais de Avaliação (NEC – *National Evaluation Capabilities*) – gerenciada pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e o Escritório de Avaliação Independente do PNUD (IEO). Abaixo são apresentadas as principais idéias compartilhadas pelos participantes sobre o tema.

Um participante de **Camarões** levantou questões relevantes para serem abordadas durante a conferência: no âmbito dos programas incluídos no orçamento, como promover estratégias nacionais de avaliação com metodologias integradas, seguindo/promovendo a gestão das finanças públicas e nacionais com base em resultados?; como usar as avaliações para evitar a duplicação de esforços e melhor coordenar a ajuda?; como compartilhar as lições aprendidas no desenvolvimento de políticas de avaliação?; como usar os mecanismos nacionais de monitoramento e avaliação (M&A) – principalmente nos programas financiados por parceiros internacionais, que não seguem os procedimentos internos de cada país; e como fortalecer o planejamento, trabalhando na definição/uso/produção de linhas de base e indicadores SMART viáveis, referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)?

Segundo um participante da **Guatemala**, o intercâmbio de lições aprendidas sobre as conquistas e as limitações do M&A é essencial para que os ODSs sejam atingidos; para tal, deve haver espaços horizontais para promover esse intercâmbio. Alguns temas para discussão na conferência também foram sugeridos, tais como: a vinculação dos resultados das avaliações com as decisões sobre políticas; a importância da capacitação, para que os resultados das avaliações sejam interpretados corretamente; e a promoção do vínculo entre a avaliação e os grupos da sociedade civil, a fim de que os resultados sejam utilizados em novas iniciativas e em outras áreas.

De acordo com um representante do **Quênia**, a conferência poderia tratar das razões subjacentes à medição de (diferentes tipos de) indicadores de sustentabilidade; analisar os diferentes arcabouços que auxiliam na elaboração e adaptação dos (atuais) índices ou indicadores utilizados (agregados ou conjuntos de indicadores) e avaliar suas vantagens e desvantagens; comparar e estabelecer os critérios de um índice ou indicador dos ODSs que seja útil, ressaltando a importância das limitações dos dados; comunicar as lições aprendidas e reunir as melhores práticas de avaliação do progresso de indicadores, voltados a atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs); deliberar sobre como melhorar a destinação da ajuda oficial ao desenvolvimento; desenvolver formas inovadoras e responsáveis para que as instituições financeiras internacionais apoiem os governos subnacionais de países em desenvolvimento, com o objetivo de ampliar os recursos destinados à medição e à implementação dos ODSs em âmbito local. Outra ideia seria também fortalecer os vínculos com as partes interessadas: em primeiro lugar, entre as entidades nacionais encarregadas de M&A e as de produção de dados; em segundo, entre os governos e as Organizações Voluntárias de Avaliação Profissional (VOPEs, *Voluntary Organisations for Professional Evaluation*); e, em terceiro, entre as entidades nacionais de M&A e o parlamento nacional, para aumentar o número de países com políticas nacionais de avaliação.

Um participante de [Marrocos](#) ressaltou que a elaboração de ODSs e indicadores, que não tenha em consideração a avaliação, pode gerar um arcabouço insustentável para a promoção do desenvolvimento. A necessidade de dados regulares e precisos deve ser destacada durante a conferência NEC, o que pode ser feito em parceria com países desenvolvidos, com capacidades analíticas e estatísticas mais bem disseminadas. Provavelmente, os ODSs irão promover mudanças institucionais em âmbito local; a cooperação descentralizada teria importante papel no apoio a coletivos locais e na melhoria da governança e do desenvolvimento em âmbito local.

Outro participante de Marrocos fez as seguintes perguntas: Como entender o desenvolvimento sustentável? Quais ferramentas devem ser implementadas em relação ao ODSs? Ainda considerando os ODSs, quais seriam as principais questões de avaliação?

As lições aprendidas com os ODMs precisam ser aplicadas aos ODSs. Segundo um participante da [Ásia e do Pacífico](#), as capacidades nacionais de avaliação tem melhorado nesta região. Novas modalidades de intervenção – como o desenvolvimento da cooperação triangular ou parcerias público-privadas (PPPs) – devem continuar fomentando capacidades de avaliação. No futuro, os resultados poderão ser monitorados e avaliados quanto à sua sustentabilidade.

Um participante da [Guiana](#) sugeriu que fossem mantidas as ações de apoio à capacitação e ao desenvolvimento, fortalecendo as instituições (nacionais e internacionais) de estatísticas, as universidades e a sociedade civil, que são atores fundamentais para o desenvolvimento dos ODSs. No que diz respeito às oportunidades disponíveis para jovens avaliadores, as avaliações conjuntas possibilitam a capacitação nos âmbitos local e nacional. Tal questão também está sendo discutida pela Associação Internacional de Avaliação do Desenvolvimento (IDEAS, *International Development Evaluation Association*), que irá colaborar com a conferência e realizar sessões conjuntas.

Participantes de [Argélia](#) concordaram com os representantes de outros países sobre a necessidade de um fórum para o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas com os ODMs para ajustar os ODSs. Há, ainda, desafios relacionados às dificuldades de acesso aos dados, capacidades deficientes de avaliação nacional e falta de apoio das políticas públicas. O desenvolvimento precisa ser sustentável, usar abordagens participativas e manter o foco nas pessoas.

Um participante do [Maláui](#) destacou a necessidade estratégica de desenvolver as capacidades de avaliação dos governos. Naquele país, o foco vem sendo mais o monitoramento de projetos e programas e menos tem sido feito para realizar avaliações de tais iniciativas, que são necessárias para garantir os esperados impactos positivos. Esse fato requer a capacitação de avaliadores em entidades governamentais e a institucionalização de sistemas e arcabouços sólidos de avaliação. As sugestões do país para atingir os ODSs incluem: a realização de avaliações conjuntas, com a finalidade de garantir que as capacidades sejam transmitidas aos avaliadores locais; a conscientização da população sobre os ODSs, visando gerar demanda por avaliações; e a capacitação de unidades ou seções de avaliação nos ministérios do governo e nos institutos de estatísticas.

O consenso entre as contribuições do COP é de que a conferência NEC deve dedicar espaço aos ODSs e ao intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas com os ODMs.

Notas:

1. IPC-IG/PNUD.
2. Escritório de Avaliação Independente do PNUD (IEO/PNUD na sigla em inglês).
3. Ver <www.unteamworks.org/nec>.
4. Indran Naidoo, Diretor do IEO/PNUD; Ana Rosa Soares, Assessora de Avaliação do IEO/PNUD; e Haroldo Machado Filho, Especialista em Programas e ODSs do PNUD Brasil, foram os especialistas que moderaram a discussão *online*.

Traduzido por Leonardo Padovani.